



## Construindo resistências: experiências de uma pesquisadora negra na pós-graduação

Carina Zacarias Barros<sup>1</sup>

BARROS, C. Z. **Construindo resistências:**  
experiências de uma pesquisadora negra na pós-graduação  
*História Social*, vol. 20, p. 01-34, e025003, 2025

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo trazer à tona o relato de experiência de uma pesquisadora negra na pós-graduação em uma universidade privada confessionnal na cidade de São Paulo. Com isso, este artigo se aprofundará em compreender as relações entre os movimentos de resistência da pesquisadora, ao se assumir mulher negra e intelectual, e as pautas assumidas historicamente pelos movimentos sociais negros acerca da educação. A opção pelo relato de experiência evidencia os enfrentamentos e as potencialidades da pesquisadora em assumir em suas práticas os métodos teórico-metodológicos da escrevivência e interseccionalidade no cotidiano da pesquisa. Portanto, optou-se por uma abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica, uso de fontes históricas e relato de experiência. Espera-se com este estudo ampliar o debate acerca dos estudos sobre interseccionalidade e escrevivência.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade. Escrevivência. Mulheres Negras. Pós-graduação.

---

<sup>1</sup> Doutorado em andamento em Ciências Sociais na Universidade Estadual de São Paulo. Educadora Popular e Mediadora da Informação. E-mail: carina.zacarias@unesp.br.



# Constructing resistance: the experience of a black researcher in graduate studies

Carina Zacarias Barros

**Abstract:** This article aims to highlight the experience of a black female researcher pursuing a postgraduate degree at a private religious university in the city of São Paulo. In doing so, this article will delve deeper into understanding the relationship between the researcher's resistance movements, as a black woman and intellectual, and the agendas historically assumed by black social movements regarding education. The choice to recount her experience highlights the challenges and potentialities of the researcher in adopting the theoretical and methodological approaches of escrevivência and intersectionality in her daily research practices. Therefore, a qualitative approach was chosen, using bibliographic research, historical sources, and experience reports. This study aims to broaden the debate on intersectionality and escrevivência.

**Keywords:** Intersectionality. Escrevivência. Black women. Post-graduate studies.

## 1. Introdução

A escrita deste artigo me pareceu desafiadora e um tanto perturbadora. Escrever sobre políticas sociais de inclusão na educação é parte de um percurso em construção, inacabado<sup>2</sup>, revelado na pesquisa que desenvolvo como busca por uma linguagem própria que subverta a lógica capitalista.

Quais construções estamos nos propondo a fazer quando reivindicamos políticas sociais de inclusão? Estamos diante de uma

<sup>2</sup> FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Trad. Lilian Lopes Martin. 45 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

questão complexa com várias possibilidades de resposta e que não se encerrará neste artigo. O termo construção nos convoca a pensar sobre vários caminhos: sejam eles epistemológicos, metodológicos, ou ainda, ontológicos. Contudo, construção também se revela como abertura para escolha e criação, ações que não se distanciam do político e do social.

Neste ponto, um dos primeiros deslocamentos que podem ser observados nas jornadas acadêmicas de várias mulheres negras, sobretudo aqui no Brasil, refere-se ao rompimento com as narrativas hegemônicas. Apesar do perfil das universidades ter mudado nas últimas duas décadas, ainda se observa a manutenção das narrativas únicas. Nas palavras de Chimamanda Ngozi Adichie em *O perigo da história única*, uma das consequências da imposição de uma história única, como legitimadora de todas as outras, está na interdição do “reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos”.<sup>3</sup>

Luiza Bairros em *Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994* inicia a apresentação de Lélia Gonzalez sublinhando o nome completo da teórica “Lélia de Almeida Gonzalez, para quem ‘negro tem que ter nome e sobrenome, senão os brancos arranjam um apelido...ao gosto deles’”<sup>4</sup>.

Os nomes que recebemos dos/as nossos/as ancestrais representam nossa afirmação em um mundo que insiste em nos aniquilar. Patrícia Hill Collins em *Pensamento Feminista Negro*, apresenta a autodefinição como uma jornada que traz a nós mulheres negras caminhos e estratégias para romper com as opressões, tomando como ponto de partida a identidade “rumo a uma compreensão de que nossa vida pessoal foi fundamentalmente moldada por opressões interseccionais de raça, gênero, sexualidade e classe”<sup>5</sup>.

A linguagem, a percepção de si e de pertencimento a um coletivo são elementos presentes na jornada da autodefinição. Collins comprehende que:

<sup>3</sup> ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 10.

<sup>4</sup> BAIRROS, L. Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 23, 2000.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 205.

“A busca por passar do silêncio para a linguagem e para a ação individual e de grupo está entremeada por esses esforços históricos e contemporâneos de autodefinição”.<sup>6</sup>

Construir, portanto, passa por elaborações e resistências ontológicas, outras epistemologias e metodologias. A mudança de objeto para sujeito, mais precisamente, para sujeita, é uma ação transgressora que incomoda. A história da negra e do negro, contada por ela/e mesma/o, e por intelectuais negras e negros, confirma o que o sociólogo brasileiro Clóvis Moura identificou por rebeldia do negro e da negra<sup>7</sup> que se insurgiam contra as violências do racismo, ações que datam dos períodos colonial, Império e República, e que estão presentes, também, em momentos que dão conta dos períodos da ditadura, da redemocratização, da participação nos movimentos sociais e da formação do Movimento Negro Unificado.<sup>8</sup>

Retomar as histórias que não nos foram contadas, histórias nossas, por negros e negras, protagonistas, sujeitas/os históricas/os é urgente. E o que significa recontar as nossas histórias por nós mesmas? Como possibilidade, recupero a afirmação do fotógrafo Januário Garcia (1943-2021): “Existe uma história do povo negro sem o Brasil; mas não existe uma história do Brasil sem o povo negro”.<sup>9</sup>

Desta forma as trajetórias dos homens negros e das mulheres negras têm sido o foco de vários estudos realizados pela intelectualidade negra. Ao trazer esses apontamentos para a escrita deste artigo, traço encaminhamentos para um debate, que trará momentos da história do Movimento Negro e a luta pela educação formal, e como a partir das minhas vivências estou conectada a esse legado, das experiências vividas por mim durante o mestrado, na pós-graduação em Educação pela

---

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 215.

<sup>7</sup> MOURA, Clóvis. Da Insurgência Negra ao Escravismo Tardio. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 9 Especial, p. 37-59, 1987.

<sup>8</sup> DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo [Internet]**, v. 12, n. 23, p. 100-22, 2007.

<sup>9</sup> Comunicação verbal extraída do Portal Núcleo Piratininga: <https://nucleopiratininga.org.br/quintas-resistentes-recebe-o-fotografo-januario-garcia/>.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a minha afirmação como mulher negra por meio da escrita e construção de conhecimento.

Como opção metodológica, narrarei as minhas vivências pedindo licença à intelectual, linguista, escritora e professora negra Conceição Evaristo para que o conceito escrevivência possa então ancorar a composição deste artigo enquanto abordagem teórica-metodológica. Assim, a escrita como possibilidade de afirmação de identidades e subjetividades subjugadas se coloca como um acontecimento de insubordinação, continuado por outras/os intelectuais que se apresentam na contemporaneidade.

Trata-se, portanto, de uma ação insurgente que borra a história contada pelo colonizador.<sup>10</sup> Parafraseando Lélia Gonzalez, a filha e neta de afrodescendentes vai falar, vai contar a sua própria história, uma história de insurgências e rebeldia, e ao narrar a si mesma, narra a história de suas ancestrais, “numa boa”<sup>11</sup>.

Organizado a partir desta introdução, este artigo apresenta outras quatro partes. Na seção intitulada *Escrevivendo o Currículo* tento traçar um diálogo entre a escrevivência de Conceição Evaristo e as possibilidades de construção para outros currículos. Em *A Rebeldia como estratégia*, tentei retomar algumas das táticas de rebeldia do povo negro que visavam a luta pelo direito à educação. No tópico *A experiência de uma mulher negra na pós-graduação em educação: um currículo a ser construído* busquei identificar elementos da minha trajetória que informam sobre os deslocamentos políticos e de percepção do mundo e da realidade durante a etapa do mestrado. Nas considerações finais, apresento ao leitor /a como, por meio da perda, da ausência e da afirmação da minha identidade enquanto mulher negra tornei-me uma intelectual.

---

<sup>10</sup> EVARISTO, Conceição. A Escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência:** a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

<sup>11</sup> GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexism na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje, Revista da Anpocs**, São Paulo, n.2, p. 223-244, 1984.

## 2. Escrevivendo o Currículo

Nesta seção busco identificar possibilidades de construção para outros currículos que passam pelo encontro com a literatura de Conceição Evaristo que para mim se deu ao final do curso da graduação em Pedagogia, no ano de 2019, quando iniciei as leituras das obras Ponciá Vicêncio,<sup>12</sup> Becos da Memória<sup>13</sup> e Olhos d'água.<sup>14</sup>

Ler as obras de Conceição Evaristo naquele momento, ao final do curso, me trouxe ao mesmo tempo alento e a confirmação das lacunas presentes no currículo do curso de Pedagogia que como sabemos forma professores e professoras para a educação básica brasileira. Lacunas estas que revelam um apagamento histórico do protagonismo negro na sociedade brasileira.

Neste sentido, as contribuições da pedagoga Nilma Lino Gomes em *Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo*<sup>15</sup> foram decisivas, sobretudo porque Gomes discute a formação de professoras/es a partir de uma abordagem que assume a diversidade como ponto central nos currículos.

Assim, Gomes recupera a perspectiva antropológica da cultura e sua relação com a educação e as ciências sociais, compreendendo a cultura para o alcance das “vivências concretas dos sujeitos, à variabilidade de formas de conceber o mundo, e às particularidades e semelhanças construídas pelos seres humanos ao longo do processo histórico e social.”<sup>16</sup>

O diálogo entre identidade negra articulado às noções de cultura e educação, para Gomes, identifica a identidade negra não como a única possível, mas como uma entre “as múltiplas identidades sociais que os negros e as negras constroem, a identidade negra é uma delas”.<sup>17</sup>

<sup>12</sup> EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

<sup>13</sup> EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

<sup>14</sup> EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro. Pallas, 2014.

<sup>15</sup> GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação E Pesquisa**, v. 29, n.1, 167–182, 2003.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 169.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 171.

Desta forma, a escola se constitui como espaço importante de significados para as identidades negras. Segundo Gomes “o olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las”.<sup>18</sup>

Assim, a formação de professores e professoras se realiza em contextos específicos, está “inserida num processo educativo bem mais amplo, [onde] encontramos mais do que currículos, disciplinas escolares, regimentos, normas, projetos, provas, testes e conteúdos”.<sup>19</sup>

Conforme Gomes, a relação pedagógica extrapola a lógica da razão científica, ela se dá “pelo toque, pela visão, pelos odores, pelos sabores, pela escuta. Estar dentro de uma sala de aula significa colocar a postos, na interação com o outro, todos os nossos sentidos”.<sup>20</sup>

Retomando momentos que ocorreram durante a graduação em Pedagogia, contarei um pouco sobre como me iniciei na pesquisa. A pesquisa em Políticas Públicas para Mulheres se estabeleceu na minha jornada a partir da análise do programa Ciência e Mulher, criado em 2005 pela articulação entre Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT) e Ministério da Educação (MEC).

Por meio do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero que contou também com a participação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTIC), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC) e ONU Mulheres identifiquei essa ação à luz dos estudos interseccionais.<sup>21</sup>

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 171-72.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 171.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 173.

<sup>21</sup> AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018; COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021; CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n.1, p. 171-188, 2002.

O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, ação que visava a produção científica no Ensino Médio, na Graduação e Pós-graduação (*stricto sensu* e *lato sensu*) e a elaboração de projetos pedagógicos em escolas públicas e privadas acerca das temáticas gênero, desigualdades de gênero e feminismos estava organizado em seis Categorias: 1) estudante do ensino médio com a elaboração de redações; 2) estudante de graduação e 3) graduada (o) com a publicação de artigos científicos; 4) estudante de mestrado e 5) mestra (e) também com a produção de artigos científicos e 6) escolas promotoras da igualdade de gênero com projetos e ações pedagógicas desenvolvidas em escolas de nível médio, secretarias estaduais e municipais de educação.

O debate sobre identidades sociais, em específico as identidades juvenis<sup>22</sup>, localizado nos debates que o prêmio mobilizou, são atravessadas pelos marcadores sociais de raça, gênero e classe social. Desta forma, o prêmio se traduzia na construção de espaços para a reflexão acerca de questões que atravessavam as experiências dos/as jovens do Ensino Médio.

Durante a pesquisa, o mapeamento, que realizei, das redações selecionadas pelo prêmio possibilitou identificar nas escritas dos/as jovens um potencial de subjetividade. Logo, foi possível compreender que essa política se constituía também em um espaço para a construção de outras identidades, subjetividades e futuros.

Sendo uma ação que integrava o programa Ciência e Mulher, a ausência de um debate aprofundado acerca das relações de gênero, raça e classe social foi problematizada, principalmente, quando se observou que os/as jovens, participantes da categoria estudante do Ensino Médio em seus textos questionavam estereótipos e imagens de controle<sup>23</sup> que geravam o confinamento de suas experiências em identidades fixas.

A exemplo do que foi analisado, a redação *Ser menina preta e pobre no Brasil*, de Bárbara Costa Ribeiro, orientada pela professora Josiani

<sup>22</sup> DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

<sup>23</sup> COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. trad. Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

Nascimento Dias<sup>24</sup>, apresentava uma escrita que questionava o mito da democracia racial, denúncia realizada pelo Movimento Negro Unificado e por vários nomes da intelectualidade negra brasileira, entre eles, o de Lélia Gonzalez que em 1984 publicou *Racismo e Sexismo na cultura brasileira*.

Além de seguir por uma outra abordagem a partir dos estudos interseccionais, a pesquisa realizada na graduação me despertou para outras leituras e literaturas. Assim, como consta no início deste artigo, dou início à literatura de Conceição Evaristo.<sup>25</sup> O conto *Olhos d'água*, que dá nome ao livro, apresentou-me outras formas de perceber a minha existência e o lugar social e histórico que ocupo. O diálogo íntimo entre filha e mãe despertado pela memória me permitiu recuperar momentos longos de conversas que mantinha com a minha mãe.

Evaristo narra as escrevivências de uma filha que ao se perguntar: “De que cor eram os olhos de minha mãe?”,<sup>26</sup> descobre a profundidade de sua história revelada pelos olhos de sua mãe. São histórias banhadas pelas “Águas de Mamãe Oxum! Rios calmos, mas profundos e enganosos para quem contempla a vida apenas pela superfície. Sim, águas de Mamãe Oxum”.<sup>27</sup> Assim, me deixo banhar por essas histórias, minhas histórias também.

Conceição Evaristo expande, por meio de sua escrita poética e ficcional, as singularidades presentes nos cotidianos das relações sociais do povo negro, exemplificadas no conto *Olhos d'água* pela relação entre filha e mãe, escrevientes de um contexto permeado pelas desigualdades sociais de raça, gênero e classe social.

Em dado momento da minha história passei a me perguntar sobre como era o sorriso de minha mãe Jovelina Zacarias Barros. A imagem do seu sorriso me fugia à memória, porque poucas foram os momentos que

<sup>24</sup> BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 7º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados – 2011. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

<sup>25</sup> EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro. Pallas, 2014.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 18-19.

a vi sorrir. Por isso, sempre imaginava o seu sorriso. Vê-la com um sorriso livre, longe de medos, sem receios, tornou-se um anseio.

Tempos depois recuperei uma fotografia de minha mãe, única em que aparecia sorrindo. Era uma foto, dessas do grupo escolar, ao fundo um mapa-múndi, à frente, em destaque, minha mãe uniformizada com um largo sorriso. Esses momentos constituem a minha biografia e oferecem elementos importantes para a compreensão da minha escrita, assim como essa busca constante por uma linguagem que diga sobre quem sou, sem decretar minha morte.

Conceição Evaristo ao afirmar que a mulher negra é responsável pela memória cultural do povo negro direciona-se aos escritos de Lélia Gonzalez acerca do anonimato de mulheres negras. São as mulheres negras anônimas que mesmo diante das várias formas de silenciamento “continuam buscando se fazerem ouvir na sociedade brasileira, conservadora de um imaginário contra o negro”.<sup>28</sup>

Com isso, comprehende-se que escrevivência, enquanto práxis e abordagem metodológica abre caminhos, inclusive para a reinterpretação da história, que quando localizada no interior da literatura brasileira “subverte não só o sistema literário brasileiro, mas também contesta a história brasileira que prima em ignorar eventos relativos à trajetória dos africanos e seus descendentes no Brasil”.<sup>29</sup>

Uma escrita que questiona o direito de nomear, tem um pouco da ousadia de Carolina Maria de Jesus que ao se nomear escritora “rompe com um lugar anteriormente definido como sendo o dela, o da subalternidade, que já se institui como um audacioso movimento”.<sup>30</sup> Com as mudanças observadas no avanço das políticas sociais (públicas) de caráter afirmativo, vemos emergir outras formas de (re) existência que “escapolem do

<sup>28</sup> EVARISTO, Conceição. Gênero e Etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: X Seminário Nacional Mulher e Literatura, I Seminário Internacional Mulher e Literatura, 2003, João Pessoa, Paraíba.

<sup>29</sup> EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009, p. 24.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 28.

que está previsto pelo poder mandatário. E são ações que interferem no entendimento da história, mesmo quando são ignoradas pelo relato oficial”.<sup>31</sup>

Cabe ressaltar que o “relato oficial da história” é atravessado pela noção de modernidade estudada por vários teóricos e várias teóricas. Para Aníbal Quijano, a modernidade exerceu seu poder na América.<sup>32</sup>

E como se trata de processos que se iniciam com a constituição da América, de um novo padrão de poder mundial e da integração dos povos de todo o mundo nesse processo, de todo um complexo sistema-mundo, é também imprescindível admitir que se trata de um período histórico inteiro. Em outras palavras, a partir da América um novo espaço/tempo se constitui, material e subjetivamente: essa é a mentira do conceito de modernidade.<sup>33</sup>

Na ocasião do mestrado, mobilizei as contribuições dos estudos decoloniais<sup>34</sup> alcançando apontamentos importantes para a construção de outras subjetividades e para uma educação antirracista, assumindo então interseccionalidade e escrevivencia como abordagens teórico-metodológicas de análise para políticas sociais (públicas), em específico políticas voltadas para as mulheres, reconhecendo, a partir do uso dessas metodologias, o potencial de alcance dessas ações, principalmente quando se observa a construção de conhecimento por estudantes do Ensino Médio, sobretudo estudantes negros e negras.

O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero passa a ser cotejado no mestrado por meio de uma abordagem histórica dos movimentos sociais, mais especificamente, do movimento negro e do movimento de mulheres negras, bem como por análises mais aprofundadas dos dados cor/raça que qualificam o planejamento das políticas públicas.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 45.

<sup>32</sup> Optou-se por manter a forma como o autor apresenta o termo América.

<sup>33</sup> QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 125.

<sup>34</sup> *Ibidem*.

Na próxima seção, apresentarei brevemente experiências de insurgência e rebeldia do povo negro como tática de enfrentamento ao racismo e luta por direitos. Para tanto, iniciarei uma reflexão a partir das contribuições de Clóvis Moura<sup>35</sup> e Petrônio Domingues.<sup>36</sup>

### 3. A Rebeldia como estratégia

Nesta seção, discorro brevemente sobre as táticas de rebeldia articuladas pelo povo negro, considerando alguns aspectos econômicos e sociais. Iniciarei essa abordagem a partir das contribuições do sociólogo, jornalista, historiador e escritor brasileiro Clóvis Moura<sup>37</sup> acerca das consequências do escravismo e do trabalho escravo que persistem como forma de organização e produção da vida nas estruturas e na história da sociedade brasileira.

Em *Da Insurgência Negra ao Escravismo Tardio*<sup>38</sup>, Moura identifica as fases do escravismo brasileiro, sendo a primeira datada até 1850, e a segunda de 1851 até o final do escravismo. Segundo o sociólogo<sup>39</sup>, as mudanças na economia mundial foram verificadas durante a transição da fase de exportação de mercadorias para a exportação de capitais, o que gerou um processo de “modernização sem mudança”.<sup>40</sup>

Essa mudança na economia mundial naquele período desencadeou mudanças nos processos de produção escravista no Brasil. Assim, de

<sup>35</sup> MOURA, Clóvis. Da Insurgência Negra ao Escravismo Tardio. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.17, n. 9 Especial, p. 37-59,1987; MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988a; MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988b.

<sup>36</sup> DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo [Internet]**, v.12, n. 23, p. 100-22, 2007; DOMINGUES, Petrônio. Entre Dandaras e Luiza Mahins: mulheres negras e antirracismo no Brasil. In: **O Movimento negro brasileiro**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte, MG: Nandyala, 2009. Sem volume, p. 17-48.

<sup>37</sup> MOURA, Clóvis. Da Insurgência Negra ao Escravismo Tardio. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.17, n. 9 Especial, p. 37-59, 1987.

<sup>38</sup> *Ibidem*.

<sup>39</sup> *Ibidem*.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 38.

acordo com Moura, algumas particularidades na situação do escravo<sup>41</sup> eram observadas, tais como a manutenção de algumas permanências que “não modificaram o essencial. Ele [o escravo] até podia possuir alguns objetos de uso pessoal. Porém, o que ele não tinha e não podia ter era a posse do seu próprio corpo, que era propriedade do seu senhor”.<sup>42</sup>

Moura identifica a 1<sup>a</sup> fase do escravismo brasileiro com a chegada dos africanos até 1850, consolidando o sistema escravista no Brasil, assumindo “proporções extremas de exploração. Fecham-se todas as possibilidades de uma sociedade na qual existissem mecanismos mediadores dos conflitos das duas classes sociais fundamentais: escravos e senhores”.<sup>43</sup>

A historiografia oficial nega a rebeldia das pessoas que foram escravizadas, um fato observado desde a interpretação jesuítica que tendia a uma racionalização até a romantização das violências da escravidão no Brasil, como relembra Moura, com as “vertentes históricas que defendem a sua benignidade”.<sup>44</sup>

As revoltas são localizadas entre o período colonial até metade do segundo Império:

Podemos constatar que onde há o pique do escravismo na sua primeira fase, há, também, o pique de revoltas. Na fase colonial temos Palmares, a que já nos referimos, e os seus desdobramentos posteriores na região nordestina que se prolongam até o século XIX. Em Minas Gerais, quando se chega ao auge da exploração aurífera e diamantífera, o quilombo do Ambrósio e inúmeros mais perturbam e desgastam a harmonia social e econômica da região. Há, como podemos ver, uma correspondência entre o nível de exploração e a incidência dessas revoltas.<sup>45</sup>

As revoltas, então, passam a ser reprimidas com alvarás e com a criação, segundo Moura (1987), no código criminal do Império, em 1831,

<sup>41</sup> Optou-se por manter a forma como o autor mobiliza o termo.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 40.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 43.

<sup>45</sup> *Ibidem*.

da figura jurídica *insurreição*. Assim, “se as constantes lutas não chegaram ao nível de modificar a estrutura, criando um novo modelo de ordenação social, foram, no entanto, um motivo de permanente desgaste do sistema”.<sup>46</sup>

A 1<sup>a</sup> fase do escravismo brasileiro é identificada pelo sociólogo como uma fase na qual as autoridades coloniais e a classe senhorial atuaram “legislando de forma despótica contra o escravo. Isto vai dos alvarás mandando ferrar escravos a legislação da pena de morte, do açoite, execução sumaria “sem apelo algum” dos escravos rebeldes etc.”<sup>47</sup> Importante notar o arsenal que formava o aparelho de tortura para a repressão dos escravos negros que ousavam se rebelar.

Os escravos têm o seu direito de locomoção praticamente impedido. Os troncos, os pelourinhos, a gonilha, o bacalhau, a máscara de flandres, o viramundo, anjinho, libambo, placas de ferro com inscrições infamantes, correntes, grilhões, gargalheiras, tudo isso formava o aparelho de tortura ou aviltamento através do qual as leis eram executadas como medida de normalidade social.<sup>48</sup>

Com a extinção do tráfico, após 1850, “[...] começam a suceder-se leis que protegem e beneficiam o escravo [...]”<sup>49</sup> O escravismo tardio, como nomeia o sociólogo, altera o comportamento da sociedade naquele período, sobretudo da classe senhorial e dos legisladores. É nesse momento que o escravo negro começa ser manipulado por estratégias liberais.

Observa-se também nesse período o entrecruzamento do escravismo com as relações capitalistas, alterando novamente o comportamento das classes dominantes, porém agora, de acordo com Moura,<sup>50</sup> nota-se um movimento de desarticulação promovido pela classe senhorial em relação à população escrava gerando a fragmentação do grupo de família dos escravos.

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 45.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 49-50.

<sup>48</sup> *Ibidem*.

<sup>49</sup> *Ibidem*.

<sup>50</sup> MOURA, Clóvis. Da Insurgência Negra ao Escravismo Tardio. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.17, n. 9 Especial, 1987, p. 37-59.

Essa articulação cessa de forma estratégica com a Guerra do Paraguai, sendo a população negra a que mais sofreu com o conflito.<sup>51</sup> Alforriados, os escravos negros foram recrutados para a guerra, uma das táticas dos senhores de escravo para branquear a população brasileira.

A Guerra do Paraguai trouxe consequências para a população negra notadas na sua redução e desarticulação, e por conseguinte, no movimento abolicionista que com “diversas alas ideológicas procurava, na verdade, extinguir a escravidão, mas objetivava, igualmente, manter os escravos que abandonavam o trabalho sob seu controle”<sup>52</sup>

Na fase do escravismo tardio, diante das mudanças provocadas por agentes econômicos internos e externos “não havia possibilidades de que o discurso radical fosse posto em prática. Os negros escravos não tinham a hegemonia do processo, de mudança”<sup>53</sup>

Esta primeira abordagem sobre rebeldia à luz das contribuições de Clóvis Moura evidencia e reconhece as insurgências do escravo negro durante o período colonial, durante o Império, e os períodos que antecedem a República, refutando o relato da história oficial que nega as revoltas e rebeliões como atos de resistência na história do povo negro.

Desta forma, os estudos de Clóvis Moura nos colocam diante de uma “outra” perspectiva que inaugura a Sociologia do Negro Brasileiro.<sup>54</sup> Assim, temos a possibilidade de alcançar:

Uma visão mais vertical do assunto [que] irá demonstrar, também, como esses estudos acadêmicos, ao invocarem uma imparcialidade científica inexistente nas ciências sociais, assessoraram, de certa forma, embora de forma indireta, a constelação de pensamento social racista que está imbricado no subconsciente do brasileiro médio. Essa ciência, quase toda ela estruturada através de modelos teóricos e postulados metodológicos vindos de fora, abstém-se de estabelecer uma

<sup>51</sup> *Ibidem*.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 56.

<sup>53</sup> *Ibidem*.

<sup>54</sup> MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988a.

práxis capaz de determinar parâmetros conclusivos e normas de ação para a solução do problema racial brasileiro nos seus diversos níveis e implicações.<sup>55</sup>

Clóvis Moura, a partir de uma abordagem marxista, onde se comprehende que toda análise da realidade parte de uma análise concreta e crítica, assume as resistências negras como fator estruturante na dinâmica das relações sociais no Brasil, portanto, integrada à formação sócio-histórica brasileira.

Pela ótica de Moura,<sup>56</sup> o negro passa ser visto como sujeito político na sociedade brasileira, uma vez que as formas de resistência são compreendidas como transformação, como uma práxis negra que nega os sistemas vigentes daquelas épocas.

A práxis negra, defendida por Moura,<sup>57</sup> se apresenta como uma prática radical e social que move a realidade, e por conseguinte, gera o conflito. Portanto, Moura<sup>58</sup> comprehende as insurreições dos escravos negros como luta de classes.

Em *O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura*, tese defendida pela pesquisadora e assistente social Ana Paula Procópio, em 2017, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), os estudos do sociólogo Clóvis Moura são retomados pela importância dada às insurreições dos escravos negros e pela formulação de uma práxis, a práxis negra.

Como uma categoria que permite analisar os efeitos das resistências negras, a práxis defendida por Clóvis Moura resgata “a nossa verve resistente como elemento identitário, mas principalmente como catalisador de transformações democráticas e significativas na realidade”<sup>59</sup>.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>56</sup> MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988a.

<sup>57</sup> MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988b.

<sup>58</sup> MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988a.

<sup>59</sup> PROCÓPIO, Ana Paula. *O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo!* A categoria práxis negra no pensamento de Clóvis Moura. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola

Assim, a práxis negra é dinâmica e se estabelece “em termos de devir, como um processo em curso, que requer apreender as mudanças pelas quais passam as coisas, nos processos de se tornarem algo diferente”.<sup>60</sup>

Esse devir se observa também em outras experiências, como nas vivências das mulheres negras. Para compreender o processo em curso que se constituiu historicamente, iniciarei uma breve análise acerca da participação histórica das mulheres negras no Movimento Negro brasileiro.

Para tanto, este artigo se ancora nos estudos realizados pelo historiador Petrônio Domingues que em seu texto *Entre Dandaras e Luizas Mahins: mulheres negras e anti-racismo no Brasil*, publicado como capítulo na obra *O Movimento negro brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*, em 2009, apresenta um estudo minucioso, integrando as análises do período pós-abolição, acerca da presença das mulheres negras na organização política do Movimento Negro brasileiro, sobretudo quando se observa o associativismo negro. De acordo com Domingues<sup>61</sup> a primeira fase do Movimento Negro, definida entre os anos de 1889 e 1937, marca o início do associativismo negro como parte importante na luta contra o “preconceito de cor” que “com ela se confunde”.<sup>62</sup>

Os registros dos periódicos da época informam a participação das mulheres negras em eventos organizados por elas mesmas e que em algum momento ganharam destaque nos jornais. Assim, as mulheres negras estavam à frente da organização de eventos festivos. As notícias sobre esses eventos revelavam a ocupação das mulheres negras dentro de organizações como é o caso da festa promovida para o quadro de “Damas” do Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos, em junho de 1919.

---

de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017, p. 29.

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 138.

<sup>61</sup> DOMINGUES, Petrônio. Entre Dandaras e Luiza Mahins: mulheres negras e antirracismo no Brasil. In: **O Movimento negro brasileiro:** escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte, MG: Nandyala, 2009. Sem volume, p. 17-48.

<sup>62</sup> *Ibidem*, p. 20.

Um outro exemplo de participação pode ser observado no evento da Sociedade Beneficente Feminina Arte Culinária realizado em São Paulo, em outubro de 1928, noticiado pelo jornal Pregresso. O evento teve a presença de “Gumercindo Fleury de Barros e Benedicto Florencio, duas lideranças da “classe dos homens de cor”, [que] prestigiam a tertúlia promovida pela Sociedade Beneficente Feminina Arte Culinária”.<sup>63</sup>

Com destaque para o “Primeiro Congresso da Mocidade Negra do Brasil” em 1929, Domingues apresenta, em sua análise, uma publicação escrita por Benedita Correia Leite para o jornal *O Clarim d’Alvorada*, um mês depois do evento, na qual Benedita se apresenta como mãe e esposa afirmando a importância da mulher negra para aquele momento da realização do congresso. Um chamamento às mulheres negras. Observa ainda que “já na década de 1920, havia mulheres negras que discutiam a questão racial em uma perspectiva política”.<sup>64</sup>

Outro ponto a ser contemplado quando se reflete sobre o imaginário construído acerca das mulheres negras refere-se ao símbolo da “Mãe Preta” reconhecido e representado naquele momento como “o princípio fundamental da “raça” [...] se devia, em parte, à formação da família brasileira e da própria nacionalidade”.<sup>65</sup>

Conforme Domingues observou em suas análises, as mulheres negras foram incluídas na luta da Frente Negra Brasileira de forma subsidiária. Assim, as ações das mulheres negras localizavam-se em dois organismos: Rosas Negras e a Cruzada Feminina que “realizavam aquelas atividades de menor prestígio político: as recreativas e as filantrópicas, de assistência social”.<sup>66</sup>

Com o registro da Frente Negra Brasileira, em 1936, como partido político, as mulheres negras tornam-se as principais responsáveis por difundir os trabalhos realizados pelo associativismo negro, porém, conforme Domingues (2009), o espaço conferido a elas “correspondia à

<sup>63</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>65</sup> *Ibidem*.

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 26.

divisão de gênero que se operava na sociedade mais global: o homem no centro, ocupando o espaço público, e a mulher numa condição periférica”.<sup>67</sup>

Entre 1937 e 1945, temos o Estado Novo de Getúlio Vargas definido por seu autoritarismo. Em 1937, a Frente Negra Brasileira é extinta, assim como outras organizações. Observa-se, portanto, o esvaziamento dos movimentos sociais. É neste período também que o Teatro Experimental do Negro, o TEN, fundado em 1944, alcança uma importante relevância para o Movimento Negro brasileiro com a presença singular de seu fundador Abdias do Nascimento.

Nesta segunda fase do Movimento Negro brasileiro, que vai de 1945 a 1964, verificam-se também outras articulações, além do TEN, como é o caso da União dos Homens de Cor.<sup>68</sup> A UHC tinha como uma de suas premissas a organização de um departamento para acolher as demandas das mulheres de cor.<sup>69</sup> Nas trajetórias dessas duas organizações importantes para o Movimento Negro, a UHC e o TEN observam-se a pouca visibilidade dada às ações que defendiam.

Contudo, cabe recuperar a aproximação das mulheres negras nesse momento junto a essas organizações. A aproximação do TEN pelas mulheres negras ocorreu por meio do jornal *Quilombo*<sup>70</sup> que funcionava como uma tribuna para debates. A coluna “Fala Mulher”, de Maria de Lourdes Vale Nascimento, consagrava-se como um espaço para denúncia e mobilização política observado durante a campanha pela regulamentação do trabalho doméstico, em 1949, e a afirmação da luta político-partidária pelas mulheres negras.<sup>71</sup>

Diante disso, temos na liderança de Maria de Lourdes Vale Nascimento a sinalização de “que as mulheres negras deveriam trilhar o caminho da autodeterminação e independência política” (Domingues, 2009, p. 30).<sup>72</sup>

<sup>67</sup> *Ibidem*.

<sup>68</sup> *Ibidem*.

<sup>69</sup> *Ibidem*.

<sup>70</sup> *Ibidem*.

<sup>71</sup> *Ibidem*.

<sup>72</sup> *Ibidem*, p. 30.

Do TEN caminhamos para o Conselho Nacional das Mulheres Negras, em 1950, com propostas que visavam a luta e a afirmação dos direitos para a população negra. Contudo, as ações do CNMN não foram exitosas.<sup>73</sup>

Em 1954, a Associação Cultural do Negro, a ACN, é criada e presidida por José Correia Leite. A ACN abarcava vários projetos voltados para estudantes, mulheres, cultura e esporte, assim como ações que visavam por exemplo a organização de uma biblioteca para a comunidade negra.<sup>74</sup>

Deste período várias lideranças de mulheres negras se destacaram, dentre elas Laudelina de Campos, responsável pela criação da primeira Associação das Empregadas Domésticas do Brasil, na cidade de Santos, em 1936.<sup>75</sup>

Como liderança, Laudelina Mello tinha consciência das condições precárias de trabalho nas quais as mulheres negras foram colocadas, com muitas atuando como empregadas domésticas<sup>76</sup>. Diante desse quadro, Laudelina criou a Associação visando sobretudo a luta pela regulamentação da profissão.

Essa fase também foi importante para as mulheres negras na imprensa negra porque é “neste momento que elas começaram a forjar um discurso que tanto politiza a intersecção de raça e gênero, quanto concebe os problemas das mulheres negras como uma questão específica”.<sup>77</sup> Entretanto, “não se pode superestimar os dados: elas permaneciam sendo marginalizadas e exercendo, predominantemente, as tarefas de apoio dentro das organizações... [...]”<sup>78</sup>.

<sup>73</sup> DOMINGUES, Petrônio. Entre Dandaras e Luiza Mahins: mulheres negras e antirracismo no Brasil. In: **O Movimento negro brasileiro:** escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte, MG: Nandyala, 2009. Sem volume, p. 17-48.

<sup>74</sup> *Ibidem*.

<sup>75</sup> *Ibidem*.

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 34.

<sup>78</sup> *Ibidem*.

A terceira fase do Movimento Negro (1978-2001),<sup>79</sup> traz como marco histórico o assassinato do motorista negro Robson Silveira da Luz em abril de 1978. Em reação a esse fato e a outros, em junho, do mesmo ano, ativistas negros e negras criam o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), que em 7 de julho de 1978, em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, manifesta-se contra a marginalização do negro e da negra na sociedade brasileira.<sup>80</sup>

De Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), o Movimento passa a ser definido como Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) durante esta 3<sup>a</sup> fase. Por decisão dos/as ativistas negros e negras, o nome do Movimento é simplificado para Movimento Negro Unificado (MNU), quando então as perspectivas do Movimento são ressignificadas. “A perspectiva do MNU era ser uma organização de massas, com a estrutura de um partido político, mas com as formas de atuação semelhantes às de um movimento social”.<sup>81</sup>

Os debates acerca da condição da mulher negra são assumidos nessa nova organização, assim como o reconhecimento de propostas no “programa de ação” do MNU, trazendo para a centralidade as especificidades dos problemas enfrentados pelas mulheres negras.<sup>82</sup>

É, portanto, na terceira fase que as mulheres negras, afro-brasileiras “amadurecem a compreensão de que eram prejudicadas pelo machismo, não só de homens brancos, mas também de negros - inclusive ativistas – o que implicava em dispor de pouco espaço dentro do Movimento”.<sup>83</sup>

Com isso, vários grupos passam a ser organizados por mulheres negras, sendo o Coletivo de Mulheres Negras criado em 6 de outubro de 1983 responsável por “reivindicar a participação da mulher negra no

<sup>79</sup> DOMINGUES, Petrônio. Entre Dandaras e Luiza Mahins: mulheres negras e antirracismo no Brasil. In: **O Movimento negro brasileiro:** escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte, MG: Nandyala, 2009. Sem volume, p. 17-48.

<sup>80</sup> *Ibidem*.

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>82</sup> *Ibidem*.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 39.

Conselho Estadual da Condição Feminina, órgão instituído pelo governo de São Paulo para defender os direitos da mulher”.<sup>84</sup>

A redemocratização nos anos 1980 trouxe à cena outros coletivos de mulheres negras culminando na articulação de ações para o acesso de mulheres negras no movimento feminista. Segundo Domingues (2009) diante das negligências do movimento feminista, “as mulheres negras resolveram manifestar sua insatisfação e organizaram o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, que ocorreu em Valença /RJ, em 1988, no ano em que se comemorava o centenário da Abolição da Escravatura”.<sup>85</sup>

Após esse I Encontro, um segundo foi realizado em Salvador, em 1991, e apresentava outras demandas como a definição “de um projeto político nacional comprometido com as aspirações da mulher negra, sem ignorar a diversidade social, cultural e política da sociedade brasileira”.<sup>86</sup> O III Encontro em Belo Horizonte<sup>87</sup> teve um caráter analítico voltado para o debate acerca da conjuntura, metas e plano de ações.

A permanência de um paradoxo é sentida pelo Movimento de Mulheres Negras que “deve estruturar-se autonomamente, definindo o seu próprio programa político e pauta de reivindicações, ou deve subordinar-se ao Movimento Negro, tido como mais geral?”.<sup>88</sup>

A 3ª fase do Movimento como apresenta o historiador é definida pelo resgate da “memória de duas mulheres de ascendência africana: Dandara (presumível companheira de Zumbi do Palmares) e, sobretudo, Luiza Mahin (proveniente da Costa da Mina, mãe de Luiz Gama e suposta integrante da Revolta dos Malês, na Bahia, em 1835)”.<sup>89</sup>

Observa-se também, o surgimento de nomes como o da sergipana Maria Beatriz Nascimento<sup>90</sup>, historiadora e ativista, e da mineira Lélia

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 40.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 41.

<sup>86</sup> *Ibidem*, p.42.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 41-42.

<sup>88</sup> *Ibidem*.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p. 43.

<sup>90</sup> DOMINGUES, Petrônio. Entre Dandaras e Luiza Mahins: mulheres negras e antirracismo no Brasil. In: **O Movimento negro brasileiro:** escritos sobre os sentidos de democracia e justiça

de Almeida Gonzalez, antropóloga e ativista do MNU. Dulce Pereira Cardoso, Matilde Ribeiro e Edna Roland são nomes importantes para esta fase, tendo em vista que essas ativistas estavam envolvidas diretamente com ações políticas. A 3<sup>a</sup> fase do MNU<sup>91</sup> incorpora as questões de gênero em suas pautas.

Assim, o gênero enquanto categoria de análise retomada pelo historiador ao longo do debate que realiza no estudo referenciado neste artigo, dialoga com Joan Scott, identificando a abertura de um campo para outras reflexões e pesquisas, portanto, para outras possibilidades de escrita da história.<sup>92</sup>

As análises apresentadas até este momento nos auxiliam a refletir sobre a importância do reconhecimento da história do negro e da negra por sua agência. Ademais, confere à história do povo negro rebeldia, insurgência e insubmissão, portanto, movimentos de enfrentamento ao racismo e as violências do sistema capitalista.

#### **4. A experiência de uma mulher negra na pós-graduação em educação: um currículo a ser construído**

Nesta seção, discorro sobre alguns dos aspectos e momentos que marcaram o meu ingresso no mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foram dois anos de muitos aprendizados, conflitos, confirmações e enfrentamentos. Segui pesquisando políticas sociais (públicas) de inclusão buscando expandir o diálogo com outras referências e abordagens, com as quais cheguei a outras, em um movimento espiralar.

Entre os olhares de repreensão, abordagens, interrupções e falas, uma talvez tenha me trazido para dentro de mim mais do que outras: “eu não acho que você é negra, você é assim meio indígena, meio mestiça...”.

<sup>91</sup> social no Brasil. Belo Horizonte, MG: Nandyala, 2009. Sem volume, p. 17-48.

<sup>92</sup> *Ibidem*.

<sup>92</sup> *Ibidem*.

A fala terminou trazendo questões sobre a minha escrita: “você até que escreve bem, não fosse...”.

São falas inconclusas que revelam uma tensão colonial, aparentemente superada pela “democracia racial”, o mito da democracia racial, ainda presente em nossa sociedade e nas relações que nos atravessam, uma tensão que não passou e não vai passar. Para Lélia Gonzalez, o mito da democracia racial está articulado a ideologia do branqueamento: “A ideologia do branqueamento se constitui como pano de fundo dos discursos que exaltam o processo da miscigenação como expressão mais acabada de nossa “democracia racial”.<sup>93</sup>

Portanto, o mito da democracia racial esconde a realidade vivida pelo negro no Brasil. Assim se somos todos iguais, se o Brasil é um exemplo de harmonia inter-racial, o grupo racial dominante manteria sua indiferença e ignorância em relação ao grupo negro.<sup>94</sup>

Essa indiferença é naturalizada na academia por meio do epistemocídio<sup>95</sup> imposto às intelectualidades negra e indígena. Os programas das disciplinas, analisados por mim, anunciam poucas referências de intelectuais negros e negras e indígenas, quando não suprimiam esses teóricos e teóricas da história da educação brasileira.

A exemplo do que se comprehende por epistemocídio, recordo-me da notícia de que o debate sobre os estudos e as contribuições de Milton Santos ficaria para outros encontros, sem definição de datas, porque o foco naquele momento estava nos estudos de outro intelectual, no caso,

<sup>93</sup> GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano *In: Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Coletânea Organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018a. p. 33.

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 189.

<sup>95</sup> Segundo Sueli Carneiro (2005) “o epistemocídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigéncia cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimização do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo”, p. 97.

mais um da teoria eurocêntrica e/ou estadunidense preencheria a nossa formação. Naquele momento, posicionei-me quanto à decisão colocada pelo grupo, mas sem muitos efeitos.

O espaço acadêmico me fez perceber que o acesso a pós-graduação de negros e negras ainda se apresenta de forma limitada, o que corrobora com a sub-representação e com a falácia da representatividade que mais parece ser uma representação armada e orquestrada por uma branquitude herdeira que nega o seu lugar de privilégio “racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade”.<sup>96</sup>

Assim, para a intelectual Maria Aparecida Silva Bento, a branquitude preserva as “hierarquias raciais, como pacto entre iguais, encontra um território particularmente fecundo nas Organizações, as quais são essencialmente reprodutoras e conservadoras”.<sup>97</sup>

Entretanto, mesmo diante desses processos de interdição e silenciamento, cabe ressaltar que o perfil das universidades vem se alterando com a institucionalização das leis 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008, que tornam obrigatório o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nos currículos da educação básica, respectivamente, e da lei 12.711 de 2012, que determina a reserva de vagas para estudantes negros (pretos e pardos) e indígenas no ensino superior, porém essa mudança se apresenta ainda sob a disputa de forças antagônicas, marcada pela luta de classes.

Ao me perceber em um espaço elitizado do conhecimento fui me constituindo como pesquisadora negra, buscando aproximar-me inicialmente da minha negritude, de uma identidade, uma identidade amefricana, um movimento de retorno a mim e a minha história, sem essencialismos. Portanto, Lélia Gonzalez faz parte desse movimento identificado na elaboração de uma amefricanidade que tem “na diáspora

<sup>96</sup> BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo:** branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 7.

<sup>97</sup> *Ibidem.*

uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada.<sup>98</sup>

Ao assumirmos nossa amefricanidade, compreendi a importância de minha busca que ultrapassa “uma visão idealizada, imaginária ou mitificada da África e, ao mesmo tempo, [faz] voltar o nosso olhar para a realidade em que vivem todos os amefricanos do continente”<sup>99</sup>.

Do texto *Racismo e Sexismo na cultura brasileira*<sup>100</sup> do qual extraio aprendizados para hoje compreender como o campo das Ciências Sociais no Brasil foi sendo forjado. Gonzalez faz referência ao cientista Caio Prado Júnior quando este em suas análises romantiza as violências sexuais e do trabalho na sociedade colonial. O contato sexual citado pelo autor é apresentado de forma eufemística, pois trata-se do estupro de mulheres africanas e indígenas. Nas palavras da autora:

(...) ele pouco teria a dizer sobre essa mulher negra, seu homem, seus irmãos e seus filhos, de que vínhamos falando. Exatamente porque ele lhes nega o estatuto de sujeito humano. Trata-os sempre como objeto. Até mesmo como objeto de saber. É por aí que a gente comprehende a resistência de certas análises que, ao insistirem na prioridade da luta de classes, se negam a incorporar as categorias de raça e sexo.<sup>101</sup>

Assim, foi possível compreender alguns dos incômodos que trazia comigo até aquele momento. Lélia nos alerta para: “o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o racismo, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação, cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento”.<sup>102</sup>

<sup>98</sup> GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social *In: Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). Rio Janeiro: Zahar, 2020, p. 135.

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 136.

<sup>100</sup> GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexism na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje, Revista da Anpocs*, São Paulo, n. 2, p. 223-244, 1984.

<sup>101</sup> *Ibidem*, p. 232.

<sup>102</sup> GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade *In: Primavera para as*

Nota-se a presença de uma experiência comum a um coletivo de mulheres direcionado a um processo de busca sobre suas identidades enquanto mulheres negras e indígenas em sociedades que as oprimem e as discriminam. Gonzalez reafirma sua identidade por meio de uma ordem ético-política: a coletividade. Desta forma, enuncia: “Não posso falar na primeira pessoa do singular de algo dolorosamente comum a milhões de mulheres que vivem na região; refiro-me às ameríndias e amefricanas, subordinadas a uma latinidade que legitima sua inferioridade”.<sup>103</sup>

Assim, “a discriminação que sofrem assume um caráter triplo, dada a sua posição de classe: as mulheres ameríndias e amefricanas são, na maioria, parte do imenso proletariado afro-latino-americano”.<sup>104</sup> A consciência dessas opressões, no Brasil, se dá primeiramente, de acordo com Lélia Gonzalez, pela raça.

Resistir estaria na produção de outras epistemes e metodologias, assim como na busca por uma identidade que se dá pela retomada de uma unidade, sem essencialismos, e sobretudo pela construção de outras linguagens, outras formas de produção de vida verificadas por Lélia Gonzalez no que compreende por identidade ameficana.

## Considerações finais

A construção de um outro currículo é possível diante do relato compartilhado neste artigo. Um currículo que acontece no cotidiano, que traz possibilidades reais para o diálogo e que recusa, por meio de estratégias de enfrentamento, as violências engendradas pela lógica neoliberal, pelo capitalismo e pelo racismo.

Nota-se pelas ações que apresentei ao questionar a ausência de outros referenciais curriculares, a insistência em problematizar e refletir

**rosas negras:** Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Coletânea Organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018b, p. 330.

<sup>103</sup> GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano *In: Primavera para as rosas negras:* Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Coletânea Organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018a, p. 308.

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 314.

sobre os motivos dessa construção histórica, o currículo, e a manutenção de narrativas e abordagens que reproduzem o subjugamento dos povos que historicamente foram silenciados.

Assim, foi possível visualizar um currículo que se insurge pela afirmação política de identidades, construída na presença, no encontro com o outro, com a diferença. Escrevicência e interseccionalidade foram assumidas como práxis, como ação tática e rebelde que nos remete às rebeliões de negros e negras que se insurgiram. Neste sentido, observa-se no meu relato uma relação, guardadas as devidas especificidades, entre os projetos voltados para a educação reivindicados historicamente pelos movimentos sociais negros e a ação dos negros e negras que acessam as diferentes etapas da educação, neste caso, a pós-graduação.

Trata-se de uma relação que revela as recentes transformações no acesso ao ensino superior e à pós-graduação, uma vez que o tensionamento é marca desses processos, que por muitas vezes é alvo de disputas. O retorno à história foi possibilitado pelo encontro com a literatura de Conceição Evaristo e pela autoafirmação enquanto mulher negra que ocupa um lugar social específico, um lugar que não deve ser somente de dor, ainda que os traumas sejam atualizados constantemente.

Perceber-se parte de um povo não somente pelo trauma do racismo, mas por um legado de tecnologias ancestrais tem se estabelecido como outra possibilidade de agenciamento. Em suma, tem promovido atos de rebeldia verificados na reivindicação de direitos que foram negados às gerações anteriores dos negros e negras que acessam hoje o ensino superior e a pós-graduação.

Observa-se que essa reivindicação é política porque se realiza de forma articulada e coletiva. No que tange as políticas (públicas) sociais, foi possível identificar que por serem políticas de reconhecimento, geram de alguma forma questionamentos sobre a percepção que o negro e a negra têm sobre si e sobre os lugares fixos de suas identidades. Portanto, as políticas reposicionam os lugares sociais conferidos ao negro e a negra na sociedade brasileira por meio da redistribuição de acessos, econômico

e simbólico, ainda em processo de disputa como a luta pela permanência, que marcam o antagonismo das classes sociais.

Em retomada do que relatei neste artigo, observam-se as condições de elaboração da pesquisa, atravessadas pelo acontecimento da Covid 19 e o assassinato dos meus pais, Jovelina Zacarias Barros e José Maria Alves de Barros. Um genocídio em curso, onde o horror se constrói pela experiência da “morte [que] se transforma em satisfação quando ela ocorre com o outro”<sup>105</sup>

É preciso nomear o que aconteceu e o que foi aquele momento, ainda que este processo esteja em elaboração. A experiência do mestrado me colocou em contato com outras formas de pertencimento, reconhecimento e identificação. Formas estas localizadas inicialmente em um processo de negação por mim.

Assim, reconhecer o lugar social construído e imposto a nós mulheres negras nos convoca a identificar demarcações de um lugar de manipulação e conformidade que será superado pelas lutas sociais, que são antes, lutas raciais.

Compreender que para haver democracia racial é preciso reposicionar o/a negro/a na sociedade brasileira significa, em outras palavras, compreender que esse lugar construído historicamente atende ao capital que se mantém pela violência do racismo. Faz relação com as sociedades capitalistas, como foram construídas e organizadas, ou seja, pela exploração e expropriação do “outro” definido como/a negro/a.

A educação, como vimos, é uma das bandeiras de luta do Movimento Negro Unificado, do Movimento de Mulheres Negras, e foi por meio da educação que pude acessar outros espaços e posições não projetadas para mulheres negras. Compreender as consequências do imobilismo social como identifica Clóvis Moura<sup>106</sup> me colocou diante de alguns impasses e

<sup>105</sup> MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

<sup>106</sup> MOURA, Clóvis. Da Insurgência Negra ao Escravismo Tardio. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 9 Especial, p. 37-59,1987.

constatações. A cidadania do negro e da negra na sociedade brasileira não se realizou após a abolição e está sempre em disputa sendo manipulada.

Com isso, a defesa por políticas sociais de inclusão, principalmente no campo da educação passa pelo reconhecimento das contradições presentificadas na estrutura racista do Estado brasileiro, e pela apropriação dessas políticas enquanto espaços de enfrentamento e resistência para os povos que foram subjugados. Sabemos que não há neutralidade por parte deste Estado burguês e que a educação é atravessada por campos de forças opostas.

Desta forma, as ações de enfrentamento ao racismo e ao capital, exemplificadas no relato que apresentei, integram um conjunto de outros relatos escritos por mulheres negras que se insurgiram, respeitando o legado de nossas/os ancestrais, constituindo assim uma outra interpretação da história contada a partir de um outro ponto: o da mulher negra intelectual que está articulada coletivamente, reafirmando o seu papel político na sociedade brasileira.

## Fontes

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 29 agos. 2012a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 7º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados – 2011. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011. Disponível em: <http://www.igualdadedegenero.cnpq.br/igualdade.html>. Acesso em 15 fev. 2025.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília (DF), 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10101-lei-11645-10-03-2008&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10101-lei-11645-10-03-2008&Itemid=30192). Acesso em: 2 fev. 2025.

BRASIL. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências. Brasília (DF), 2003. Disponível em: [http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei\\_10639\\_09012003.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf). Acesso em: 15 jan. 2025.

NUCLEO PIRATININGA DE COMUNICAÇÃO. Programa Quintas Resistentes entrevista o fotógrafo Januário Garcia, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cLofxxWckQs>. Acesso em: 2 fev. 2025.

## Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo da história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BAIRROS, L. Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 23, 2000.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/pt-br.php>. Acesso em: 18 fev. 2025.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. trad. Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Intersectionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v.10, n.1, p.171-188, 2002.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo [Internet]*, v.12, n.23, p.100-22, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. Entre Dandaras e Luiza Mahins: mulheres negras e antirracismo no Brasil. In: *O Movimento negro brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Nandyala, 2009. Sem volume, p.17-48.

EVARISTO, Conceição. Gênero e Etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: *X Seminário Nacional Mulher e Literatura, I Seminário Internacional Mulher e Literatura*, 2003, João Pessoa, Paraíba.

EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro. Pallas, 2014.

EVARISTO, Conceição. A Escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escrivivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. Narrativas de (re) existência In: Narrativas de (re) existência - antirracismo, história e educação. Campinas: Editora Unicamp, 2021, p.23-48.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje, Revista da Anpocs*, São Paulo, n.2, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano In: Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Coletânea Organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018a.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Ameficanidade In: *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Coletânea Organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018b.

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social In: *Por um Feminismo Afro-Latino-American: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, v. 29, n.1, 167–182, 2003.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. PEDAGOGIA DA CRUELDADE: RACISMO E EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA. *Educ. Rev.*, Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982018000100207&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100207&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 23 fev. 2025.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Trad. Lilian Lopes Martin. 45 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

MOURA, Clóvis. Da Insurgência Negra ao Escravismo Tardio. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.17, n.9 Especial, p.37-59,1987.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988a.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988b.

PROCÓPIO, Ana Paula. *O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo!* A categoria práxis negra no pensamento de Clóvis Moura. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=6377670](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6377670). Acesso em: 15 jan. 2025.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.118-142.

Recebido em: 24/02/2025

Aceito em: 29/08/2025